

Ata da reunião da Comissão Própria de Avaliação da Fiocruz – CPA-Fiocruz

Dias 08 e 09 de dezembro de 2016 | Sala 1007 do Prédio da Expansão – Fiocruz (RJ)

1º Dia – 08/12/2016

Aos oito dias do mês de dezembro de 2016, na sala 1007 do Prédio da Expansão da FIOCRUZ em Manguinhos, Rio de Janeiro, foi realizada a terceira reunião da CPA FIOCRUZ, com a presença da Presidente da CPA, Tânia Celeste Matos Nunes; Vera Lucia Kodjaoglanian, como representante da gestão do ensino na Fiocruz; Lenice Gnocchi da Costa Reis e Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes, como representantes dos docentes; Geisa Francisco da Silva e Maria Fabiana Damásio, como representantes dos técnicos-administrativos; Alex Bicca Corrêa e Luciene Esteves da Silva, como representante de alunos e/ou egressos dos cursos; André Luiz da Silva Lima e Haroldo Jorge de Carvalho Pontes, como representantes da sociedade civil organizada. A reunião contou ainda com a participação de Paulo Carvalho, assessor da Fiocruz na DIREB e mediador da reunião. Conforme encaminhado na última reunião da CPA, os membros se reuniram para atualizar informações sobre assuntos relacionados à avaliação institucional da Fiocruz; debater a proposta de Regimento Interno da CPA; discutir, concluir e validar o Plano de Trabalho da CPA. A presidente, Tânia Celeste, fez a abertura da reunião e deu boas vindas a todos os presentes. Informou da ausência justificada do professor José Ivo Pedrosa e de Cláudia Brandão, representantes das Instituições externas vinculadas à educação em saúde. Tânia também informou que Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes estaria ausente na parte da manhã e se integraria ao grupo na parte da tarde. Houve então uma rodada de falas dos participantes sobre “como estou chegando”. Com comentários finais da presidente sobre o momento atual e sobre a CPA. Após aprovada a pauta, passou-se à aprovação do relatório da reunião anterior. Todos haviam recebido por e-mail e aprovaram o documento por unanimidade com a ressalva de que se faça uma ATA mais resumida para publicação no site da CPA. Terminada essa parte inicial da reunião, passou-se à apresentação do relatório sobre o SIGA realizado por Vera Kodjaoglanian e Geisa Francisco. O SIGA é a porta de entrada para o público externo em geral, que busca informações acerca do ensino. O Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), conforme informou

Geisa, é uma ferramenta indispensável aos candidatos, docentes, discentes, coordenadores e gestores de ensino na Fiocruz. Para Geisa, é importante valorizar o investimento feito nas plataformas, construídas a partir de 2002 com atores da área de ensino da Fiocruz e engenheiros, produção e desenvolvedores do Grupo Stela. A aquisição permitiu avanços na gestão institucional de ensino a partir de 2004, quando da sua entrega. Em 2004 foram inauguradas as Plataformas para cursos Lato e Stricto Sensu e, em novembro do mesmo ano, a plataforma SIGAEPS. O sistema de plataformas inaugurou uma nova fase na gestão do ensino institucional e também promoveu a integração dos atores e a superação das limitações que o próprio conjunto de plataformas apresentava. Geisa relatou também que ocorreram novas exigências das agências reguladoras que exigem constantes atualizações de todos e conseqüentemente refletem no SIGALS. Muitas Secretarias Acadêmicas utilizavam tecnologias ainda mais limitadas e obsoletas como é o caso do Banco de Dados ACCESS. Partimos então para um novo patamar, que hoje permite novas análises e novos desafios para o campo. O SIGA, conforme relatou Geisa, é composto por três plataformas que atendem de forma segmentada aos níveis de ensino ofertados: SIGAEPS, que gerencia a Educação Profissional de acordo com as determinações do Decreto e suas regulamentações; SIGALS que gerencia a Pós-Graduação com a oferta de Especialização, Residência, Atualização e Aperfeiçoamento (estes dois últimos já migraram para a plataforma SIGAEPS), plataforma objeto de nosso relato nesta primeira aproximação, enquanto CPA-Comissão Própria de Avaliação; SIGASS plataforma de gerenciamento de cursos Stricto Sensu, Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. Revisitando a plataforma www.sigals.fiocruz.br, foram analisados acessos e a parte de funcionalidades. Geisa relata que desde 2004, como usuária das plataformas acompanha o grande empenho da VPEIC, da CGPG que, na pessoa da colaboradora Marta Sartori, tem sido incansável na busca de soluções para as demandas que exigem ajustes. Este trabalho resultou na instituição de um GT para a construção do Novo SIGA Fiocruz, que muito avançou, mas que depende ainda de financiamento para prosseguir. Entendemos ser papel central da CPA o entendimento do SIGALS, entraves, possibilidades e limites para assim colaborarmos com a superação e avanços junto à CGPG/VPEIC, destacou Geisa. Segue, de forma resumida, o relato sobre os problemas encontrados: A plataforma está acessível apenas pelo navegador Internet Explorer; exige Configuração do Modo de Exibição de Compatibilidade (canto superior direito, botão esquerdo mouse); como o público em geral terá a orientação prévia acerca do navegador ideal? O público em geral deve obter informações prévias de como navegar no sistema, antes mesmo de acessar? Para os usuários da plataforma, após login e senha, é possível ter acesso ao Manual do Usuário na seção Documentos. Texto de apresentação poderá ser atualizado

informando Autorização Institucional para tal oferta. (As Secretárias Escolares vem sendo indagadas por alunos e instituições). Avanços consideráveis: Destacamos a disponibilidade do Manual do Usuário, disponível nas plataformas após login de usuário. Flexibilidade e empenho aos ajustes necessários que atendam às exigências regulatórias. Incremento de Analistas de Gestão em Saúde nos quadros das SECAs (perfil Gestão de Ensino nos últimos concursos). Reestruturação das Secretarias Acadêmicas (exemplo da ENSP). No que tange à Educação Profissional, Geisa recupera a discussão de que na utilização das plataformas havia uma distinção no registro dos cursos de atualização e aperfeiçoamento para níveis diversos de trabalhadores - nível médio e superior. Os chamados cursos FIC - Formação Inicial e Continuada. Na Fiocruz, exemplifica Geisa, estes cursos eram inseridos em duas plataformas distintas, dependendo a que nível eram ofertados. Nível médio eram cadastrados na plataforma SIGAEPS e, quando oferecidos para graduados, utilizava-se a plataforma SIGALS. Considerávamos um equívoco pois, de acordo com a legislação vigente FIC são cursos para qualificação de todos os níveis de trabalhadores (Art. 1º, previsto no Art. 39 da Lei 9.394/1996), por isto todos deveriam ser cadastrados na SIGAEPS. Já a plataforma SIGALS, é exclusiva aos cursos de Especialização Lato Sensu. Consultando as secretárias acadêmicas já há este entendimento que estão adotando as plataformas sob esta orientação. Entretanto, Geisa sugere que se publique uma portaria para instituir este processo. Dificuldades e apontamentos para a CPA: Os ajustes ao sistema não são discutidos e ou informados aos executores em tempo satisfatório. Procedimentos para inserção de dados e ou geração de relatórios são necessariamente ajustados, mas não há tempo de discutir previamente com trabalhadores (executores) do SIGALS, causando insatisfações e ou retrabalhos. Com o incremento de quadros, reestruturações de SECAs como qualificar o diálogo com as SECAs da FIOCRUZ Nacional? Na plataforma SIGALS o Curso é a estrutura curricular organizada e cadastrada e cada classe seria a oferta anual daquele curso (o curso pode ter várias classes com suas especificidades regionais quando descentralizado, por exemplo). Classes – apresentar autorização específica do INEP e fonte de financiamento de cada oferta? Esta função já está disponível para a VPEIC? A senha de acesso possibilita dados para o gestor institucional de forma diferenciada? Ou relatórios são extraídos e complementados a partir de planilhas em Excel geradas no SIGALS? Câmara Lato Sensu – o representante institucional tem diferentes inserções nas suas unidades e esta heterogeneidade pode dificultar deliberações e ou entendimento de processos e mudanças na gestão do ensino e no SIGALS. Os relatórios gerados pelo SIGALS não refletem especificidades como por exemplo cursos com inovação em suas propostas curriculares (exemplo da ENSP/área de práticas). O SIGALS informa ao gestor os egressos. Estes dados muitas vezes não são

convergentes com relatórios das coordenações de ensino, levando à interpretação que precisa de alinhamento entre os atores. Por exemplo: o aluno foi aprovado, mas não concluiu TCC. Para a SECA ele não é concluinte. Como alinhar regulamentos de cursos determinando prazos? O **SIGALS** é programado para lançamento da avaliação final do aluno, entretanto há exceções diversas que comprometem informações. Incentivo à organização de Fórum de Secretários Acadêmicos – muitos não tem assento em Câmaras Técnicas e há uma expertise que quer ser “explorada”. Em diversos momentos isto tem sido reiterado por diversos colaboradores.

Alinhar procedimentos (exemplo: tempo mínimo e máximo adotado pela Fiocruz para período de inscrição; promover atualização e qualificação da equipe executora; discutir fluxos do sistema e das políticas institucionais; promover a cooperação entre as SECAS com vistas à qualificação na utilização do SIGALS e ou do Novo Siga; melhoria do atendimento externo e interno. Há falta de comunicação entre os atores da gestão de ensino, seja no interior de suas unidades, seja entre as unidades, prejudicando enormemente o desempenho da gestão do ensino institucional. Nenhum SIGA estará pronto, completo. Qualquer sistema exigirá edições atualizadas. Vera compara o Viask com o SIGA-LS “ambos contratos de prestação de serviços externos. Em Mato Grosso do Sul, usa-se o Moodle. Muito intuitivo, autoexplicativo, fácil de manejar e gratuito”. O Viask, segundo Vera, tinha um limite das ferramentas e travava muito. Passou por uma melhoria, mas ainda havia crítica em nível nacional. Passou por uma terceira versão que melhorou ainda mais. Todas as melhorias foram feitas mediante contratação. Paulo demarca a necessidade de diferenciar a gestão acadêmica e a gestão de cursos e sinaliza que o foco é a gestão. Vera esclarece que o Moodle também pode fazer a gestão acadêmica. No entanto, Paulo reforça que o SIGA funciona hoje, na esfera institucional, como o instrumento legitimado para a gestão. Tânia observou que a possibilidade de acessar o SIGA por meio de somente um navegador (Internet Explorer) é uma barreira que atrapalha a usabilidade do sistema. A presidente da CPA também destacou a importância da pesquisa feita por Geisa junto às SECAs. No momento seguinte, Alex Bicca apresentou um informe sobre a pesquisa sobre Gestão da Qualidade (CQuali). Alex informou que o levantamento foi realizado por meio do preenchimento de um formulário relativo às práticas de qualidade implantadas na Fiocruz e que houve uma articulação prévia entre a Vice Direção de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) e a Coordenação de Qualidade (VPGDI) no sentido de que a pesquisa com foco no ensino estivesse mais alinhada à realidade da instituição e ao Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI)/. O Universo da área de ensino na pesquisa realizada, inclui os programas de Ensino da Fiocruz e o SAGEC, com um software desenvolvido pela equipe de TI da instituição, especificamente, para o levantamento desses dados. Alex informou que, das

24 Unidades da Fiocruz, 20 responderam o formulário direcionado aos programas de Ensino. O PDI foi documento adotado como referência da área de ensino pela equipe do CQualis. Seguiu-se a apresentação de alguns slides onde foram destacadas as seguintes questões da pesquisa: A unidade/programa de ensino possui um Projeto Político Pedagógico implementado? A unidade/programa de ensino realiza pesquisa/ estudos de avaliação de disciplinas e cursos ministrados de modo a auxiliar no monitoramento da qualidade do ensino ofertado? A unidade/programa de ensino realiza pesquisa/ estudos de avaliação com seus docentes de modo a auxiliar no monitoramento da qualidade do ensino ofertado? A unidade/programa de ensino possui Política/Projeto com vistas a promover a capacitação do seu corpo docente? Os profissionais da unidade/programa de ensino recebem treinamento para alimentação da Plataforma SIGA? Por último, Alex noticiou que o VI Encontro da Qualidade que ocorrerá no dia 6 de dezembro e que vai apresentar os resultados gerais dessa pesquisa, convidando os presentes a participarem. Lenice observou que nas unidades em que os processos relativos à qualidade no ensino ainda estejam insipientes, que se faça uma ação solidária de apoio de outras unidades em que esses processos estiverem mais avançados. Vera destacou que essa pesquisa tem de fazer distinção entre unidade e escritório e apontou a necessidade de se elaborar um tutorial sobre os indicadores de qualidade. Tania deu um informe sobre a reunião convocada pela VPEIC e realizada no dia 5 de dezembro com representantes das diversas unidades, somente de pessoas engajadas com o Lato Sensu. Na reunião estavam alguns membros da CPA (Tania, Lenice, Maria Auxiliadora e Alex). A reunião teve como objetivo proceder o informe do credenciamento da Fiocruz como Escola de Governo no componente dos cursos Lato Sensu. Além dos desdobramentos e necessidades de alinhamento de fluxos que resultam desse processo, buscado através de trocas e consensos junto às unidades. Tânia informou que há expectativa da organização de um relatório para o MEC (ainda não solicitado, mas previsível) no 1º semestre de 2017. Segundo Tânia, o processo de credenciamento da Fiocruz estimula que todas as unidades participem. Foi apresentado na reunião uma minuta dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC). Finalizou dizendo que o compartilhamento foi horizontal e é necessário se entender e se reconhecer como grupo. Paulo Carvalho deu breve informe sobre a atual situação do credenciamento institucional da Fiocruz, apontando que o assunto ainda está no CNE. Estamos no processo final esperando o retorno do Ministério da Educação. No sistema, consta que o processo está aguardando a assinatura do Presidente do CNE. Ainda está valendo a portaria que indica que os cursos Lato Sensu da Fiocruz estão regulares. No tópico seguinte foi apresentada a proposta de site da CPA-Fiocruz. O tema foi apresentado e discutido por um pouco mais de uma hora. Conduzido por Alex

Bicca, mostrando cada uma das seções do site proposto (e já criado). Explica que o mesmo segue padrões definidos para o conjunto dos sites da Fiocruz (e que são monitorados pelo pessoal do ICICT). O grupo teceu vários comentários, com elogios e com sugestões de melhoria. Estas foram anotadas por Alex, que indicou que seriam incorporadas, dependendo – em cada caso – das diretrizes de comunicação e informação da Fiocruz. Estando o tempo para o tópico esgotado, ficou indicado que o Alex enviaria o link do site para todos ainda neste dia, para que no momento dos encaminhamentos (final do segundo dia da reunião), as pessoas opinassem, sugerissem e fosse feita a decisão se o site já entraria no ar imediatamente ou se haveria um tempo maior para as reelaborações. Haroldo declarou que, como não estará no 2º dia, propõe a aprovação imediata e que as correções porventura propostas sejam feitas já com o site no ar. Paulo ponderou, e houve concordância de todos, de que não devem ser colocadas as memórias detalhadas das reuniões e sim as atas, de caráter resumido e executivo. Antes de começar a reunião da parte da tarde, Paulo e Tânia esclareceram que a versão da minuta sobre o Regimento Interno da CPA- Fiocruz a ser discutido, e que foi distribuído em formato impresso, incorpora várias alterações propostas em reunião acontecida no dia anterior, fazendo-se maior adequação quanto à citação das regulações (leis, portarias, etc.) para que o documento ficasse mais aderente à visão de Escola de Governo (que não segue estritamente o SINAES). A discussão do documento foi desenvolvida fazendo-se a leitura de cada artigo e argumentando-se a favor ou contra, colocando-se dúvidas, etc. Paulo digitou em uma versão eletrônica do documento as ponderações, propostas ou alterações pactuadas pelo grupo. Não tendo ficado concluída e consolidada a discussão, ficou combinado que no momento dos encaminhamentos (final do segundo dia) seria debatido e definido como o assunto seria processado. Já estava indicado não haver necessidade de concluir este ponto durante essa reunião. No momento seguinte foi proposto e aceito por todos que a continuidade e conclusão da discussão sobre o Plano de Trabalho (iniciada na 2ª reunião, em outubro) seria feita acompanhando o documento de sistematização sobre os Projetos (e suas ações), que fora enviado para os participantes na semana anterior. Antes de entrar propriamente na discussão do Plano de Trabalho, Paulo e Tânia fizeram esclarecimentos sobre o Projeto 3. Na reunião anterior foi indicado que a discussão sobre ele seria feita na 3ª reunião, a partir da análise de um documento de subsídios que seria produzido por Paulo Carvalho. Apesar de todos terem lido o documento, quase não houve contribuições na Comunidade de Práticas. E no período, houve uma compreensão maior sobre qual seria o papel da CPA no que tange ao “monitoramento e acompanhamento do PDI e aos indicadores de avaliação”. Trata-se de atribuição da área da gestão do ensino (CGPG), cabendo à CPA colaborar, contribuir e solicitar informações sobre o que tiver

sido levantado. Em razão disso, o documento de subsídios sobre o projeto 3 passa a ser discutido no dia seguinte, dentro do andamento normal do plano de trabalho (antes discutir os projetos 1 e 2). Após estas discussões iniciais, foram feitos comentários gerais sobre o plano e uma leitura geral do Projeto 1 (páginas 3 a 6 do documento de discussão enviado antes), desta forma foi sendo combinado como seria a dinâmica de trabalho do 2º dia: debatendo item por item, fazendo as alterações, acréscimos ou supressões, conforme a discussão evoluir. Nesse momento, ficou definido que as ações já concluídas (realizadas em 2016) deveriam ser retiradas do corpo do plano de trabalho (que é futuro) e colocadas ao final do documento, como anexo, como um relatório sintético do realizado no 1º ano de constituição e atuação da CPA. A reunião foi retomada às 9h35 da sexta-feira, com a ausência já anunciada do Haroldo (que justificou só poder participar do 1º dia) e, nos primeiros momentos, de André (que explicou antes ter que ir em uma atividade de seu doutorado). Conforme combinado, todos trabalharam seguindo o documento preliminar do plano, fazendo-se leitura, discussão e alterações. Paulo anotou partes da fala dos participantes, que são reproduzidas a seguir. Projeto 1 – Implantação da CPA: Maria propõe que as ações que foram desenvolvidas antes da criação da CPA sejam retiradas dessa parte do texto e constem em outro local. Foi sugerido que o Regimento Interno da CPA seja validado na primeira reunião da CPA de 2017 (pode ser por meio da Comunidade de Práticas) e encaminhado para homologação. Tânia aponta que a CTE analisa propostas e articula sugestões para diretrizes, mas não trabalha no campo da operação de processos; informa que a reunião ocorrida no início de dezembro constituiu um fórum de pessoas interessantes e participativas, dando sugestões, mas que será outro fórum. Um espaço com interface com a CPA. Maria propõe que se deve continuar buscando definir as interações e os espaços institucionais para isso. Paulo Carvalho refere o Art. 8 da Portaria 200 que fala sobre a designação de apoio de servidores das unidades, segundo ele, tarefa desse fórum e responsabilidade da CGPG. Vera sugere que a CPA deve fazer parte como membro das reuniões da VPEIC e ter assento às Câmaras que discutem o ensino lato sensu. Geisa entende que o texto sobre o Plano de Trabalho era para dar maior transparência do papel e do que é a CPA e que no item 2 ela identifica duas atividades. Paulo Carvalho pontua que este texto é datado de outubro, e que não precisamos ficar presos às formulações que estão nele. Maria Auxiliadora argumenta que o fato de as ações da CPA e do lato sensu ficarem centrados na Tania, cria uma certa sobreposição de papéis, mas são dados do cenário atual. O Regimento Interno aponta o papel da CPA, no seu processo de implantação e é necessário ter essas conversas para acertar. Cita a reunião ocorrida em 5 e dezembro, sob a coordenação da VPEIC, como fruto desse processo. Tânia pondera que há uma expectativa de que em março o processo de

credenciamento da Fiocruz como Escola de Governo já esteja finalizado; daí teremos um tema estruturante para chamar os atores institucionais envolvidos: CPA, CTE, fórum das unidades (ainda não institucionalizado) – então, poderemos tirar uma pauta conjunta - a reunião do CD ocorre a cada 4 ou 6 meses - até tudo ficar claro o que cabe a cada um ; CGPG tem ênfase enorme no *stricto sensu*, no *lato sensu* só conta com Tânia e Alex na equipe. Tânia compartilha das preocupações de representar a VPEIC na CPA ocupando também a presidência e considera que foi importante num primeiro momento. Comunica ao grupo que já há um entendimento dentro da VPEIC sobre a necessidade de separar esses papéis, estando em fase de aguardo da eleição da presidência para proceder a mudança Maria Auxiliadora diz que precisamos de corpo na CGPG e a CPA já está estruturada. O mais importante é estruturar a gestão do *lato sensu* na Fiocruz. A CPA acabou sendo um espaço com maior capacidade de reflexão. Não estamos aqui para avaliar por avaliar, mas para melhorar qualidade do *lato sensu*. Mas entendo que deve ser mantido o registro. Discordo da valorização do fórum do dia 5 como um ator a mais. É o processo de trabalho regular que precisamos ter. E sugiro que repensemos a dinâmica da Sub Câmara Técnica de Ensino *Lato Sensu*. Devemos apresentar o plano de trabalho da CPA para nova gestão da VPEIC de modo a identificar os pontos de interface e de divisão de responsabilidades com espaços instituídos para discussão e gestão do *lato sensu* na Fiocruz. No item 3, Divulgação da CPA para a Comunidade interna / legitimação da CPA, foram debatidos os seguintes assuntos: Alex destaca a Portaria 200 determina, dentre as atribuições da CPA (item 3) “A implementação de ações visando à sensibilização da comunidade institucional da FIOCRUZ para o processo avaliativo”, o que, segundo ele, pressupõe realizar ações e atividades com o objetivo de colaborar com a cultura de avaliação na instituição. A CPA deve estar presente nas atividades (reuniões, seminários, oficinas, etc.) que se relacionam com o PDI. Aproveitar esses espaços para divulgar a CPA e, ao mesmo tempo, informar sobre os requisitos legais constantes no PDI. Tânia citou como exemplo a aula ministrada por ela no IFF, onde o tema tratado foi o Credenciamento da Fiocruz como Escola de Governo e a CPA-Fiocruz. De acordo com Tânia, foi uma oportunidade de divulgar a CPA-Fiocruz, uma vez que o curso era formado por trabalhadores da própria instituição. Tania sugere que não devemos colocar no plano todos os detalhes de atividades, nem pensar só o curto prazo. Valorizo a CPA itinerante como um meio de campo; oportunidade para atingir o público-alvo das unidades (coordenadores de curso, pessoas que trabalham no detalhamento dos trabalhos das secretarias acadêmicas), oportunidade de horizontalizar, fora de um ritual de avaliação em que pinçamos poucas pessoas para falar da instituição para os de fora). A ENSP tem uma CPA-fórum que enriqueceu muito a discussão. Nas reuniões itinerantes vamos ter uma discussão grande e

oportunidade de sentar com os coordenadores de curso. Lenice entende que a legitimação vai surgindo à medida que se apresentam coisas concretas para as pessoas. Pensando como a CPA pode ajudar a instituição a se preparar para a avaliação, tendo em vista o nosso PDI, conseguimos a partir desses elementos (ações 4a a 4 d). Maria argumenta que não é excludente existir um fórum (reunião de trabalho com os ensinos) e pauta da próxima agenda seja orientar sobre o que é a CPA, etc. Mas sugere que o 1º evento do projeto 2 seja uma apresentação na unidade também sobre a CPA e que possa permitir uma ausculta mais qualificada, indo um ou dois membros da CPA nessas reuniões. Combinar reuniões gerais (com todos), com reuniões locais, sendo que as locais já são uma transição para começar a avaliação própria por unidade. Entende que já começaria com duplo papel, já é começo da auto avaliação. Encerrada a discussão sobre o Projeto 1, passou-se a discussão do Projeto 2, Desenvolvimento da Auto Avaliação, com o tópico 1, Acompanhamento ao Sistema de Gerenciamento de Informações Acadêmicas do Lato Sensu – SIGA-LS. As discussões seguem descritas sinteticamente a seguir: Geisa sugere fazer indicações para a CGPG (a partir do diagnóstico feito pela CPA), e realizar reuniões com o pessoal envolvido com o tema. Retomar o assunto daqui a 6 meses para verificar se essas medidas foram incorporadas e tiveram alguma melhoria. Maria sugere que o registro sobre a discussão feita sobre o SIGA na CPA, uma análise preliminar, seja encaminhado para a CGPG, na perspectiva de que tem o NOVO SIGA sendo gestado. Essa é uma contribuição da CPA, que já está atuando em avaliação própria e a retomada do NOVO SIGA depende da dinâmica que a CGPG vai ter. Lenice sugere demandar informações, quando assumir uma nova Vice-Presidência de Ensino, demandar presença numa reunião da CPA para nos apresentar. Não temos muita ingerência nisso, a não ser pedir informações em andamento. Fabiana sugere que na reunião com nova gestão da VPEIC, é importante termos um relatório para levar e reforçar a importância do SIGA para o lato sensu, deixar registrado como documento da CPA. Tania diz que tem tido uma certa dificuldade em assimilar as questões que estão sendo propostas para o NOVO SIGA, por isso, será bom fazer uma solicitação mais formal, levantando questões como: qual é o problema? orçamento? qual é o cronograma? Algo mais avançado do que foi posto no PDI anterior. Não é uma reunião, é uma articulação sistemática que provoque um compromisso dos atores que estão tocando isso, para que periodicamente o assunto seja processado. Geisa diz que há uma nova fala de que o NOVO SIGA seja executado pela CGTI, o que acaba prejudicando a qualidade de alimentação do sistema. Os dados estão sendo comprometidos. Tania refere que se escuta essa informação, mas não vimos formalização nenhuma de que agora será assim. Vera entende que a CPA pode solicitar os retornos dos encaminhados. Podemos já encaminhar o relatório, com as considerações que

fizemos do que achamos que poderia ser diferente no SIGA, somado a isso um retorno do cronograma com metas e datas sobre nova versão do SIGA. Maria acrescenta que mesmo com os problemas atuais, há falhas nos preenchimentos e uso da base. É o que temos, é base do CVF, as SECAs e as áreas de gestão do ensino não alimentando. Podemos pedir que haja informe periódico nas reuniões da CPA. Após esse momento, passou-se a discutir as ações: item 1 - Mapeamento de experiências de avaliação existentes na Fiocruz. Alex informa que a Cquali já fez o mapeamento por unidade sobre o instrumento de avaliação que elas usam para os cursos e que já temos uma certa visão geral sobre os instrumentos utilizados (lato e stricto sensu). Alex destaca que precisamos mergulhar no foco do lato sensu identificando quais os instrumentos para isso. Lenice entende que avaliação vai além do instrumento. Fabiana sugere que devemos direcionar para o lato sensu. Tania sugere convidar a coordenadora da Qualidade da Fiocruz, Renata Souza para próxima reunião CPA, pois ela poderá expor os dados a lógica adotada, realizando assim uma interação da CPA com uma das áreas de avaliação da Fiocruz. Fabiana sugere que saia da CPA um GT para fazer essa interlocução com Renata para pensar num instrumento de coleta de dados. Há uma preocupação de não esperar até março para assistir uma apresentação para começar um trabalho. Não devemos perder o contato com ela, mas já avançar a partir dos dados. Maria entende esse caminho como o adequado. Vê como de médio prazo e, paralelo a esse, para dois subgrupos de unidades (ENSP e IOC - visitadas pelos avaliadores externos) e as demais, que nem tiveram contato com a avaliação externa. Não se faz até março ou junho, vamos levar 2017 todo. Mas existe uma avaliação externa definida à qual a maioria das unidades não foi exposta. Sugere fazer o instrumento de avaliação do MEC chegar a essas unidades. Lenice avalia que não devemos elaborar uma proposta sem antes verificar o que já se está fazendo. Devemos fazer um pequeno projeto, o que queremos levantar, estruturar isso até a próxima reunião – um esboço de como seria feito esse levantamento. Essas questões já existem pontuadas em outros documentos ou instrumentos? Paulo Carvalho pontua que isso faz articulação com o Projeto 3 (divulgar para as unidades). Maria argumenta que são 12 unidades com lato sensu, em diferentes padrões. Provavelmente a reavaliação externa é daqui a 10 anos. Para isso, podemos relativizar os indicadores, mas não esquecê-los. Considerando como 10 anos, de fato o projeto 3 está contido no 2, é parte da avaliação própria. Tânia diz que credenciamento por 10 anos pode ser uma armadilha, porque pode provocar acomodação e que entende que é necessário apresentar relatórios anuais. Maria entende que os relatórios anuais devem ter peso, mas que não devemos ficar engessados a eles. Tânia diz que é bom criar um GT, pois ajuda a avançar com esses arranjos que estamos produzindo aqui. André pontua que mapear envolve definir metodologia da coleta

de dados. No momento seguinte, foi debatido o item 2, Envolvimento dos operadores do Ensino Lato Sensu nos processos auto avaliativos. O resumo das falas segue descrito a seguir: Maria aponta para a necessidade de ter um ponto focal para apoiar a coleta de informações futuras e, conseqüentemente, colaborar na instituição de uma cultura de avaliação na Fiocruz. Tânia sugere que a CPA Itinerante possa montar uma pauta que já articule vários dos tópicos do Plano de Trabalho; (otimizar as tarefas, evitar todo dia ficar pedindo coisa). Vera diz que é importante fazer dessa forma para não fragmentar; tentar fazer o máximo possível que seja avaliação como um todo, integral. Falar de todos os pontos na reunião descentralizada, e solicitar a retroalimentação também. Tânia diz que o planejamento vai ganhar uma programação mais lógica, articulando várias ações, e ao longo do período veremos como distribuí-las, tendo em conta a periodicidade das reuniões da CPA, o perfil de cada membro, os recursos financeiros necessários e algumas coisas vão sendo apontadas para um período posterior. Encerrado esse tópico, o grupo passou a debater o item 3, Levantamento de dados gerais da Oferta de Ensino Lato Sensu. Alex informa que alguns levantamentos já estão sendo feitos. Na reunião do dia 5 de dezembro foram pedidos, às unidades, levantamento geral dos cursos lato sensu no período 2012-2017, com informações bastante detalhadas, o que pode servir de uma ampla base para a CPA. Fabiana aponta que a CPA tem, ao longo de 2017, duas ações a serem construídas, duas frentes de trabalho que se complementam: a aproximação com a VPEIC: construção de interfaces entre CPA e VPEIC e o segundo, monitoramento de indicadores. Numa outra direção, com as unidades – 2 grandes ações: (a) mapeamento dos processos de avaliação existentes (já iniciada com CQuali) e (b) estreitamento de laços com as unidades: interagir com os operadores do ensino lato sensu e confirmar dados gerais levantados. Então, fazemos uma linha do tempo do que temos que fazer: Mapear dados, confirmar ou não os dados do trabalho anterior, identificar interlocutores por unidade. Pensar na ordem que vão ocorrer. O levantamento vai demandar um projeto para amarrarmos tudo o que queremos, mas pensar que são essas ações a construir. Tânia reforça que a entrada nas unidades é por meio das Vices de Ensino e isso precisa ser preservado e valorizado, com todas as unidades. Após esse item, os membros da CPA passaram a discutir o item 4 e 5, Relatório Parcial e Final de Auto Avaliação Institucional do Lato Sensu Fiocruz. Alex cita a experiência de relatórios parciais e finais de várias CPAs de outras instituições e que podem servir de modelo para a CPA-Fiocruz. André concorda com a ideia da lógica do relatório parcial, pois ajuda na formulação do relatório final. Internamente a produção do relatório tem que ter um tempo com bastante folga: o que está em andamento, o que é problema, etc. Tania concorda que tendo ou não a Avaliação do MEC é desejável fazer relatório parcial. Ele nos ajuda na os

apropriação do objeto multifacetado que é nossa avaliação. Nossa relação com a alimentação do e-Mec traz preocupação com as surpresas que podem vir do MEC. Paulo Carvalho aponta que a regulação feita pelo MEC tem apresentado adaptações para a situação das Escolas de Governo. Tais adaptações até agora tem sido informadas com antecedência; só podem vir medidas para as EGOV por meio de atos regulatórios da SERES, e estes sempre precisam trazer um prazo para atendimento. Algumas confusões passaram a ocorrer a partir do momento que a Fiocruz ficou cadastrada no e-Mec, pois passou a receber também correspondências com orientações que eram específicas para as Instituições de Ensino Superior (porque o e-mec é um só) e que a Fiocruz (e demais escolas de governo) não precisavam atender, pois não era dirigido a nós. Luciene diz que traz um olhar de aluna e de trabalho meio (como laboratório), relata que está aprendendo com todos, procurando ver o olhar de todos. Também estamos no laboratório submetidos ao Cquali, sou interlocutora de qualidade no laboratório. Pondera que a CPA pode ter dentro das unidades um interlocutor próximo das suas temáticas para lidar com as pessoas no acompanhamento às diretrizes. Depois de discutir esse ponto, Paulo esclareceu que, conforme conversado antes, o Projeto 3 era parte constitutiva do Projeto 2 e suas ações seriam readequadas e inseridas no Projeto 2. O Anexo ao Projeto 3 (Ponderações sobre Monitoramento) constituirá material para alimentar a discussão entre a CPA e representantes da CGPG. Portanto, a atualização do Plano de Trabalho da CPA para incorporar as discussões realizadas na 3a Reunião deverá incluir tais modificações e a nova versão remetida para apreciação dos membros da Comissão. Na última hora da reunião, o aprofundamento sobre o Plano de Trabalho foi interrompido para se definirem os encaminhamentos específicos sobre diversos tópicos, alguns dos quais discutidos no primeiro dia. Tânia pede para ler anotações que fez no decorrer da reunião: O Plano de Trabalho precisa virar uma programação; apontar um caminho, organizar-se em atividades, responsabilidades; representa o como trabalhamos. Antes tem ações que conversam com mais de um dos tópicos, exemplo: reuniões itinerantes. Desdobrar o plano: recursos, cronograma; constituir um GT para o mapeamento das avaliações existentes nas unidades; chamar CQuali para conversar com a CPA (Fabiana forma o GT, inicia a ação, em março avaliamos trazer o CQuali, já dando um salto); encaminhar documento da CPA para CGPG relativo ao SIGA; enviar aos membros da CPA a palestra de Chauvigné que traz propostas de avaliação contemporâneas, de onde vem, que configurações vão assumindo, e discute o por quê do preconceito com a qualidade. Tânia expressa uma preocupação com a organização e com o “que fazer” com isso em relação a quatro temas: 1- Estudo de Egressos: gostaria de discutir na próxima reunião como a CPA pode participar de um esforço dessa natureza; minha expectativa não é que a gente fizesse o estudo de egresso,

pode ser trabalho articulado com a VPEIC. É diferente do estudo que o IOC fez com cursos técnicos. Devemos preparar a Fiocruz para fazer o estudo, criando um consenso, mas a ação é da Presidência e da CPA. 2- PPP: requer atualização por dentro das unidades; talvez possamos fazer um preparo mais organizado no momento da visita. 3- Escola de Governo: temos orientado a deixar a discussão mais para frente. 4- Regimento Interno. Fabiana sugeriu colocar no GT de mapeamento das iniciativas de avaliação, se há pesquisa de egressos e documento orientador. Vamos precisar construir documentos orientadores, já podemos no levantamento identificar se alguma unidade já fez pesquisa de egressos. Lenice propôs um prazo de uma semana para envio de contribuições para o site DA CPA-Fiocruz de questões imprescindíveis que precisem ser incorporadas ou alteradas. Geisa lembra que alguns apontamentos já foram incorporados ontem e sugere colocar o site da CPA no ar e depois ir incrementando. Ficou acordado de que o site da CPA será colocado no ar na próxima semana, com as pequenas mudanças já propostas, enquanto isso os membros podem enviar sugestões de alteração até o dia 16/12; e que sejam incorporadas até o dia 23/12. Em relação ao Regimento Interno, foi definido que seriam incorporadas as mudanças já pactuadas e reenviado o texto para os participantes continuarem o debate pela Comunidade e voltar ao tema na próxima reunião da CPA. Sobre o Plano de Trabalho da CPA, Lenice sugere que devemos pensar prioridades (questões estruturantes), pensar na sequência de ações após a finalização do relatório dessa reunião. Vera propõe que o grupo revise o mapa conceitual da CPA visto na reunião anterior – ressignificá-lo: atualizar, alterar os vínculos. Quanto aos Grupos de Trabalho: Grupo SIGA – continuar o trabalho, Geisa e Vera. Grupo mapeamento das iniciativas avaliação – Fabiana, Luciene / Consultar a Maria se ela pode participar. Grupo Programação (desdobramento de ações) – André e Lenice. Ao final da reunião, os participantes fizeram uma avaliação dos dois dias de trabalho. Os depoimentos seguem descritos abaixo: André diz que foram positivos esses dois dias: saímos de um rascunho de plano para algo mais palpável, ficando mais claro o meu papel na CPA. Lenice ressalta que estamos no final do ano, 1º ano da comissão: Estou muito agradecida por ter participado deste processo da CPA, super importante, espero que possa se consolidar, que façamos a Presidência entender que é um espaço importante. Quero agradecer muito ao Paulo com a organização, colocação de limites, o trabalho acaba sendo mais proveitoso, e a Tânia pela paciência, que sempre ouve, e aos colegas todos que adorei conhecer. Vera entende que muito foi produzido. Avançamos no reconhecimento do que é a CPA, amadurecemos como grupo, e temos maior clareza do papel e das ações que temos que fazer. Desta vez ficou de forma bem mais objetiva. Por outro lado, saio muito preocupada com o contexto de mudanças institucionais, com tantas interrogações, mas temos que ter maturidade e

desenvoltura para lidar com isso. Geisa acredita que houve um bom rendimento do trabalho. Não saio preocupada. Consolidamos algumas coisas. Vejo cuidado da CPA com a instituição, é um caminho termos um plano piloto para todo o ensino na Fiocruz. Vejo que há trabalho ao longo do ano e gostaria muito que houvesse continuidade desse trabalho, mas vejo que temos perfil de cuidado das pessoas, precisamos de serenidade, integração. O grupo busca muito isso, o respeito, independente do segmento. Para Alex, o espaço traz amadurecimento. Em que pese estarmos num limbo de regulação para Egov, a CPA é um espaço rico. Dois dias de reunião traduzem isso, porque vi aqui amadurecimento ao longo das reuniões que fizemos e a CPA por isso é peculiar, é articuladora, é local de estudo onde aprendemos muito uns com os outros, e também não é só lugar de normalização, é lugar de criação, de espírito criativo. Vejo local de colaboração, cada um com seu perfil, até aqueles que não participam muito ativamente, tem uma participação importante. Luciene diz que lamenta não ter podido participar de outras reuniões da CPA. Quando recebi o material eu vi que tinha que ter estado aqui, mas tive que escolher, tive que esperar um pouco. E não entendia o que era CPA. Ontem cheguei focada, hoje foi um mergulho muito grande nisso aqui. Meu nível, meu local de trabalho, meu conhecimento... isso aqui vai agregar muito. Espero aprender muito. Fabiana Damásio diz esse processo consolida a noção do coletivo na Fiocruz. Cinco anos de Fiocruz, saio agradecida pois é a 1ª vez que vejo movimento acontecer de modo tão integrado. O que podemos fazer de construção coletiva eu vi aqui acontecer nesse projeto ao longo do ano. Saio com responsabilidade renovada. Trabalho de forma muito próxima com Tânia e Paulo, e saio com responsabilidade porque a CPA representa a consolidação do que é coletivo na Fiocruz; porque a partir dessa aproximação, sinto que a Tânia pode chamar para essa responsabilidade. Acho que é o desejo de fincar raízes, sustentar essa raiz, ver a árvore aqui dando frutos bem saborosos. Agradecimento a Alex, Tania e Paulo – tão presentes, chamaram a gente à responsabilidade. Tânia encerrou a reunião, dizendo que as últimas três semanas que antecederam a reunião foram muito pesadas com as notícias sobre política e a tragédia com os jogadores da Chapecoense, além da organização de três reuniões. Foram três assuntos, essa reunião daqui em um momento de incerteza; outra foi a aula do IFF – sobre o tema daqui e a reunião do lato sensu no dia 5 de dezembro. Foi uma gratificação para mim. Considera que a calma vem daí; vemos o tanto que fizemos. Fiquei muito gratificada, voltando para aqui. Tive muita confiança neste grupo desde que surgiu. Lamento que Zé Ivo não tenha podido vir. Haroldo foi uma participação importante também. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu lavro a presente ata que vai assinada por todos os presentes em lista anexa (lista de presenças da reunião). Alex Bicca. Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2016.